

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Alameda Maria Tereza, n.º 4.266, sala 06, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.310.392/0001-46, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE n.º 35.300.184.092, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

(b) **ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, na Alameda Maria Tereza, n.º 2.000, sala 01, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.808.792/0001-49, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob o NIRE n.º 35.224.864.938, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Garantidora");

e, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente):

(c) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4 – Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da Anhanguera Educacional Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 19 de setembro de 2011 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão"), conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

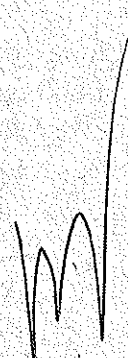
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".



2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA que deliberou a Emissão será devidamente arquivada na JUCESP e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e (ii) no jornal “Folha de São Paulo”, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, observado o disposto nos artigos 15 e 13 da Instrução CVM 476, respectivamente, e desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social (i) o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação; (ii) a administração de bens e negócios próprios; (iii) a participação, na

qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior; (iv) o desenvolvimento de cursos na área jurídica e de cursos preparatórios para concursos públicos em geral, sejam preparatórios para concursos públicos jurídicos, ministrados de forma presencial e telepresencial à distância, de cunho intensivo e extensivo, sejam de extensão universitária e de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos ao público consumidor de modo direto, por meio presencial ou por meio de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; (v) o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional, preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monográficos; (vi) a prestação de serviços de promoção e organização de eventos e cursos; (vii) o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma telepresencial à distância; (viii) a prestação de serviços relativa a cursos livres, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; (ix) a edição de livros e demais atividades correlatas; (x) a gestão de direitos autorais de obras literárias; (xi) a intermediação e representação de venda de jornais, revistas, livros e outras publicações, inclusive com o recebimento de comissões pelas vendas; e (xii) serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão representa a 4ª (quarta) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definida ("Valor Total da Emissão").

3.4. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

3.7. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à reforçar o caixa da Emissora e alongar seu perfil de dívida total, assim como para financiar a expansão de suas atividades.

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder") e do **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.271.464/0073-93, na qualidade de coordenador da Oferta Restrita ("Bradesco BBI", sendo o Coordenador Líder e o Bradesco BBI referidos em conjunto como "Coordenadores"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação da totalidade das Debêntures, da 4ª (Quarta) Emissão da Anhanguera Educacional Participações S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido neste item 4.1. e no Contrato de Distribuição.

4.1.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos.

4.1.4. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa com todos os termos e condições ("Declaração do Investidor Qualificado").

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização do preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de setembro de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, contando com a Fiança (conforme abaixo definida) descrita no item 4.16. abaixo.

4.6. Preço e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP ("Data de Integralização").

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de setembro de 2018 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. A amortização do Valor Nominal Unitário será realizada em 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, inclusive, sendo devida a primeira parcela no dia 28 de março de 2015 e as demais nas datas indicadas na tabela abaixo ("Datas de Amortização das Debêntures"):

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal		
1ª parcela	28 de março de 2015	12,5000%
2ª parcela	28 de setembro de 2015	12,5000%
3ª parcela	28 de março de 2016	12,5000%
4ª parcela	28 de setembro de 2016	12,5000%
5ª parcela	28 de março de 2017	12,5000%
6ª parcela	28 de setembro de 2017	12,5000%
7ª parcela	28 de março de 2018	12,5000%
8ª parcela	Data de Vencimento	12,5000%

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um

dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Integralização, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);
- VNe Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde}$$

- Fator DI produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, até cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

- k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;
- n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo;

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{360}} \right] \right\}$$

onde:

sobretaxa 1,9500 (um inteiro e noventa e cinco centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais;

DUP É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (Inclusive) e a data atual (exclusive), sendo "DUP" um número inteiro;

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (vi) O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal Unitário não amortizado para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final do Período de Capitalização.

4.9.2. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento

da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.9.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último.

4.9.6. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.7. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.8. A Garantidora desde já concorda com o disposto nos itens 4.9.3. e 4.9.4 acima, sendo que a ocorrência dos eventos neles descritos não importará em novação, nos termos do artigos 360 e seguintes do Código Civil Brasileiro, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor. A Garantidora concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.9.9. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 28 de março e 28 de setembro de cada ano (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo o primeiro pagamento em 28 de março de 2012. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes a Data de Pagamento da Remuneração até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento de Remuneração não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido no item 4.19. abaixo.

4.9.9.1. Farão jus à Remuneração e à amortização das Debêntures (caso existente) aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Resgate Antecipado

4.10.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em Circulação, observado o artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Antecipado").

4.10.2. O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a ser divulgada nos termos do item 4.17. desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data de sua efetivação ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado, total ou parcial, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate deverá ser enviada ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da Data de Resgate Antecipado.

4.10.3. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (c) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será calculado nos termos do item 4.10.4. abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.10.4. A título de Resgate Antecipado, os Debenturistas farão jus ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado acrescido (a) da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, (b) dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado, e (c) de um prêmio de resgate antecipado ("Prêmio de Resgate Antecipado"), calculado de acordo com o item 4.10.5 abaixo.

4.10.5. O Prêmio de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sendo que referido percentual será variável de acordo com o mês de realização do Resgate Antecipado, conforme o seguinte escalonamento:

Datas de Pagamento e Porcentagens de Prêmio de Resgate Antecipado	
De 28/09/2011 a 28/03/2012	0,74%
De 28/03/2012 a 28/09/2012	0,79%
De 28/09/2012 a 28/03/2013	0,82%
De 28/03/2013 a 28/09/2013	0,83%
De 28/09/2013 a 28/03/2014	0,82%
De 28/03/2014 a 28/09/2014	0,81%
De 28/09/2014 a 28/03/2015	0,76%
De 28/03/2015 a 28/09/2015	0,74%
De 28/09/2015 a 28/03/2016	0,71%
De 28/03/2016 a 28/09/2016	0,67%
De 28/09/2016 a 28/03/2017	0,59%
De 28/03/2017 a 28/09/2017	0,51%
De 28/09/2017 a 28/03/2018	0,41%
De 28/03/2018 a 28/09/2018	0,29%

4.10.5.1. Os prazos indicados no item 4.10.5. serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

4.10.5.2. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na Data do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data.

4.10.6. Em caso de Resgate Antecipado parcial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para fins de deliberar os critérios de sorteio. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado através de "operação de compra e venda definitiva" no mercado

secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.10.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.11. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures em Circulação e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):



- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Emissora e/ou pela Garantidora a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, previsto nos documentos relativos à Emissão, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (d) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures e/ou à Fiança (conforme abaixo definida);
- (e) (i) decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Garantidora; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da Garantidora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Garantidora;
- (f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, associação ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora, sem a anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro

do grupo da Emissora e desde que em observância à alínea (h) abaixo, se for o caso;

- (h) fusão, cisão ou incorporação da Emissora sem a prévia anuência de Debenturistas representado, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se envolver sociedades coligadas ou controladas da Emissora e/ou da Garantidora, desde que tais sociedades tenham por objeto social atividades relacionadas às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora;
- (i) mudança de titularidade do Poder de Controle da Emissora e/ou da Garantidora (tal como definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da BM&FBovespa), excetuado, com relação exclusivamente à Emissora, a hipótese de mudança de titularidade do Poder de Controle (tal como definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da BM&FBovespa) decorrente (a) da diluição do atual detentor de tal Poder de Controle em aumentos de capital da Emissora e/ou (b) da venda em bolsa de valores de forma pulverizada e não organizada para vários comitentes compradores, e/ou (c) da compra em bolsa de valores, por um novo acionista ou acionista já existente, de forma pulverizada e não organizada, de ações detidas por vários comitentes vendedores, e/ou (d) de ofertas públicas secundárias, e desde que, em todas as hipóteses acima, a Emissora apresente aos Debenturistas no prazo de até 30 (trinta) dias após a ocorrência de qualquer destes eventos, 2 (duas) classificações de risco de crédito, sendo uma delas emitida pela Standard & Poors e outra por uma agência de classificação de risco a ser escolhida pela Emissora entre a Moody's e a Fitch Ratings, indicando, no mínimo, "A" em escala local pelas agências Standard & Poors e Fitch Ratings, ou no mínimo "A3" pela Moody's;
- (j) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Emissora e/ou da Garantidora que modifique substancialmente as atividades atualmente desenvolvidas;

- (k) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora e/ou da Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGP-M;
- (l) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGP-M, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (m) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGP-M, não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença;
- (n) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGP-M, exceto se, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, o sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;

- (o) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou pela Garantidora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão, incluindo o Contrato de Distribuição e esta Escritura de Emissão, são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes;
- (p) não manutenção, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional;
- (q) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas caso haja qualquer inadimplemento pecuniário, desde que não sanado em prazo de cura aplicável, da Emissora na Emissão; e
- (r) *Covenants* Financeiros: razão entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,0 (três inteiros), a ser verificada trimestralmente pelo Agente Fiduciário, sendo que (i) "Dívida Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referente às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas; e (b) "EBITDA" ajustado significa o resultado operacional antes de impostos e das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização de ágio, líquida de deságio.

4.13.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (k), (l), (m) e (n) do item 4.13.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, sendo que, neste caso, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do que for devido, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas.

4.13.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas demais alíneas do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do Evento de Inadimplemento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.13.1.2. acima, deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.13.2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.1.2. acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.1.2. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.2. acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a imediatamente efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

4.13.5. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o vencimento antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do seu pagamento.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis*, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado divulgado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios, previstos no item 4.14. acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.16. Garantia

Fiança

4.16.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, assumindo, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures,

na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.16.2. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado a partir do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando sobre a falta de pagamento, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, bem como quaisquer eventuais obrigações inadimplentes da Emissora no âmbito da Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.16.2.1. A Garantidora poderá efetuar o pagamento do Valor Garantido, independentemente do recebimento da notificação a que se refere o item 4.16.2. acima, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura de Emissão.

4.16.3. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 360, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro") e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro").

4.16.4. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente Fiança.

4.16.5. A Fiança entrará em vigor na presente data, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento do Valor Garantido, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas recorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

4.16.6. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.16.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.16.8. Na hipótese de ocorrência, com relação à Garantidora, de qualquer dos Eventos de Inadimplemento a ela aplicáveis, o Agente Fiduciário requererá a substituição da Fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

4.16.9. Na hipótese a que se refere o item 4.16.8. acima, a Fiança poderá ser substituída por (i) fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "AAA", ou equivalente, conferida pela Standard & Poor's, Moodys América Latina e/ou Fitch Ratings; ou (ii) fiança, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por qualquer sociedade controladora, controlada ou coligada da Emissora.

4.16.10. Exceto na hipótese de que trata o item 4.16.9(i). acima, a substituição da Garantidora estará sujeita à prévia aprovação dos Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

4.16.11. A Fiança de que trata este item foi devidamente aprovada (i) em Reunião de Sócios da Garantidora, nos termos da cláusula 10 de seu contrato social, realizada em 19 de setembro de 2011; e (ii) na RCA, nos termos do artigo 10, parágrafo 6º, inciso "xxvi" do estatuto social da Emissora.

4.16.12. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial e extrajudicialmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.16.13. Em virtude da Fiança a que se refere esta Cláusula, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão será protocolada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 7 (sete) Dias Úteis a contar da inscrição da presente Escritura de Emissão na JUCESP. Uma via original da presente Escritura de Emissão, devidamente registrada na JUCESP e nos competente Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após último registro realizado.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Folha de São Paulo", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.18. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Agente Escriurador das Debêntures; para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.19. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.20. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observado o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data limite para divulgação de suas demonstrações financeiras anuais ou informações financeiras trimestrais, conforme o caso, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais ou informações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso;

(b) informações complementares preparadas pela Emissora, informando a memória de cálculo, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos índices financeiros; (c) declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão; e (d) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos índices e limites financeiros previstos na alínea (r) do item 4.13.1. acima, compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(ii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, que envolvam, especificamente, interesses dos Debenturistas, na data de sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e

(iii) em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário, informações e documentos necessários para a comprovação da utilização da totalidade dos recursos oriundos da Oferta Restrita em conformidade com o descrito no item 3.7. desta Escritura de Emissão, na hipótese de exigência legal e válida realizada por autoridade competente.

- (b) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- (c) notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, bem como sobre a ocorrência de qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de emissão, incluindo, mas não se limitando a um dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 4.13.1. desta Escritura de Emissão;
- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação de boa-fé na esfera administrativa ou judicial;
- (f) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (g) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriurador, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive

honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;

- (j) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (k) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (m) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social
- (n) manter as demonstrações financeiras referidas na alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (o) providenciar o protocolo desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da inscrição da presente Escritura de Emissão na JUCESP;
- (p) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de ato ou fato relevante sobre a Emissora, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358;
- (q) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM no que se refira à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;

- (r) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (s) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (t) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que formalmente solicitado nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme disposto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM; e
- (v) calcular diariamente, em conjunto com o Agente Fiduciário, o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;



31

- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceita integralmente os termos desta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM-28");
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente, a regularidade da prestação

da Fiança pela Garantidora, conforme disposições de seu respectivo contrato social, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28;

- (l) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto; e
- (m) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado as atividades, a serem pagas em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e na Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

6.4.2. A remuneração definida no item 6.4., acima, continuará sendo devida, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na

cobrança de inadimplência não sanada, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.4.3. As parcelas citadas no item 6.4 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.5. As parcelas citadas nos itens 6.4 e 6.4.1 acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os eventuais honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário, indenizações, despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente

suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

6.4.7. As despesas a que se refere este item 6.4. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

6.4.8. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser somadas à dívida da Emissora e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.4.8.1. Para os fins do item 6.4.8. acima, as despesas ali referidas deverão ter sido devidamente comprovadas e razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário, sempre no exercício de sua função.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, no prazo previsto, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP; e (ii) o registro desta Escritura de Emissão e da Fiança nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) examinar a proposta de substituição da garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora

exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou da Garantidora, conforme o caso, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora ou na Garantidora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e/ou nas informações da Garantidora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora e/ou da Garantidora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e/ou da Garantidora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - a. denominação da companhia ofertante;
 - b. valor da emissão;
 - c. quantidade de debêntures emitidas;
 - d. espécie das debêntures emitidas;
 - e. prazo de vencimento das debêntures emitidas;
 - f. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
 - g. eventos de vencimento antecipado, resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

- (xi) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede dos Coordenadores.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, em caso de resgate parcial;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora

costuma efetuar suas publicações, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (s) acompanhar com o Banco Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (t) divulgar as informações referidas no inciso (x) da alínea (I) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (u) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente; e
- (v) disponibilizar aos investidores e participantes do mercado o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento efetivamente declarado da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar a Fiança, nos termos do item 4.16. acima, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, se a garantia não for suficiente para o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas;

- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) na alínea (a) se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (ii) nas alíneas (b) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação; e (iii) na alínea (e) se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à

indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.12.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembléia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos do item 4.17., respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, nos termos do item 5.1. (u) acima, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.

7.11. Exceto os quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura de Emissão, as deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.12. As alterações referentes (i) a Remuneração, exceto na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos itens 4.9.3 a 4.9.5. acima, (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) as Datas de Amortização das Debêntures; (iv) o prazo de vencimento das Debêntures; ou (v) as hipóteses de vencimento antecipado, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, bem como as informações trimestrais relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2011 (i) são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; (ii) refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período; e (iii) foram, devidamente auditadas e revisadas nos termos da regulamentação aplicável;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7. desta Escritura de Emissão;

- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) a Emissora, nesta data, está observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada;
- (l) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura de Emissão, da RCA e da ata da Reunião de Sócios da Garantidora ("ARS") na JUCESP, (ii) o registro das Debêntures na CETIP, e (iii) o registro da Fiança nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos.

- (o) esta Escritura de Emissão e a Fiança constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Emissora e da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (p) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. A Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade limitada devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da Fiança ora estabelecida e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo a Fiança, constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constitui, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em



47

qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e da Fiança, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro da ARS e da presente Escritura de Emissão na JUCESP; (ii) pelo registro da Fiança nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competente; e (iii) o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação das Debêntures;
- (f) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em nome da Garantidora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (g) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Garantidora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (h) que seja do conhecimento da Garantidora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (i) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança; e
- (j) as obrigações aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém

não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e a Garantidora; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora

ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Alameda Maria Tereza, n.º 4.266, sala 06

Valinhos, SP

At.: Sr. José Augusto Gonçalves de Araujo Teixeira

Telefone: (19) 3517-3771

Fac-símile: (19) 3512-1703

Correio Eletrônico: dri@aesapar.com

Para a Garantidora

ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA.

Alameda Maria Tereza, n.º 2.000, sala 01

Valinhos, SP

At.: Sr. José Augusto Gonçalves Araujo Teixeira

Telefone: (19) 3517-3771

Fac-símile: (19) 3512-1703

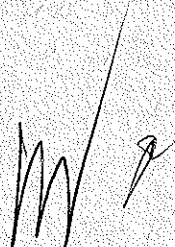
Correio Eletrônico: dri@aesapar.com

Para o Agente Fiduciário

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4 – Sala 514

Rio de Janeiro - RJ

 49

At.: Marco Aurélio Ferreira / Nathalia Machado
Telefone: (21) 3385-4571 / 3385-4584
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário

ITAU UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010 – São Paulo – SP
At.: Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac-símile: (11) 5029-1535
Correio eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º Andar
São Paulo – SP
At.: Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac-símile: (11) 5029-1535
Correio eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações

feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras respectivas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

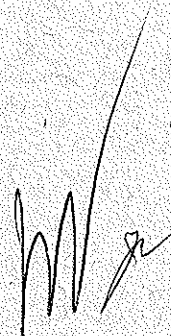
10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos, originais ou cópias autenticadas, encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de quaisquer documentos societários da Emissora e/ou da Garantidora, sendo certo que tais documentos permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável.

10.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

10.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

10.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



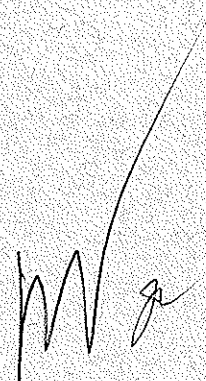
CLÁUSULA ONZE – DA LEI E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


São Paulo, 20 de setembro de 2011.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]

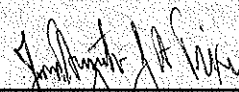
A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, cursive letters, likely representing the initials of the signatory.

Página de assinaturas 01/03 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Anhanguera Educacional Participações S.A.

ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.



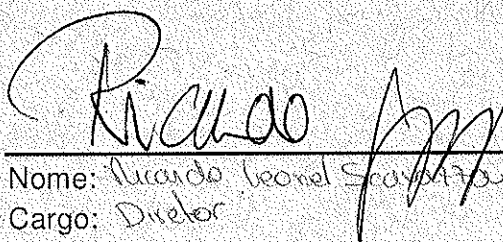
Nome: Ricardo Leonel Sclafoni
Cargo: Diretor

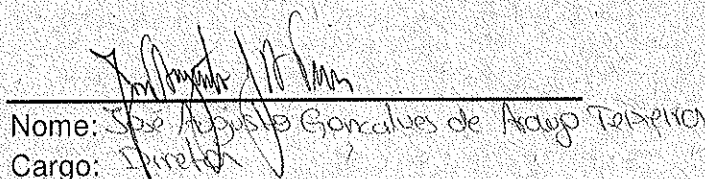


Nome: José Augusto Gonçalves de Araujo Teixeira
Cargo: Diretor

Página de assinaturas 02/03 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Anhanguera Educacional Participações S.A.

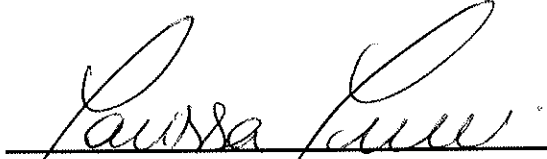
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA.


Nome: Ricardo Leonel Scayon
Cargo: Diretor

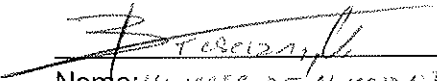

Nome: São Augusto Gonçalves de Araújo Teixeira
Cargo: Diretor

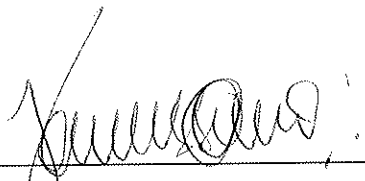
Página de assinaturas 03/03 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Anhanguera Educacional Participações S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: LARISSA LUNIN CHIANCA
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:


Nome: ULISSES DE ALMEIDA PRADO
CPF: 389.705.178-80
BRESCIANI


Nome: Vanessa de Freitas Neves Ono
CPF: 257.700.758-30